

Aprovado programa que incentiva primeiro emprego

Por unanimidade, o Senado acolheu o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens. O objetivo do projeto, que vai à sanção presidencial para se tornar lei, é viabilizar a criação de postos de trabalho e qualificar pessoas de 16 a 24 anos de idade



Fotos: Roosevelt Pinheiro

INTERESSE Na sessão presidida por Sarney (foto menor), 30 senadores falaram sobre o incentivo ao emprego

O Plenário também aprovou mudanças no Fundef que devem beneficiar os portadores de deficiência que estudem nas Apaes e entidades congêneres.

Foram acolhidos ainda o acordo com a Ucrânia sobre lançamento de foguetes a partir da base de Alcântara e a autorização de empréstimo para financiar o combate à Aids.

Páginas 3 e 7

Palocci deve falar sobre crise na Receita

A Comissão de Fiscalização e Controle aprovou convite ao ministro da Fazenda para que esclareça denúncias de corrupção na Receita.

Página 8



Waldemir Rodrigues

Comissão aprova Denise Arruda para ministra do STJ

Página 7

Denise Arruda (E) foi sabatinada ontem pela CCJ



CONGRESSO NACIONAL
180 ANOS

Ato na próxima semana pedirá o desarmamento

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou que será realizada manifestação em favor do Estatuto do Desarmamento, no próximo dia 21, em frente à Catedral de Brasília.



Manifestação será realizada no dia 21, segundo Renan

O senador conclamou os cidadãos a comparecerem ao ato, que terá apresentações de corais e grupos de música. Os manifestantes, informou Renan, farão caminhada em direção ao Congresso Nacional. No gramado, serão afixadas duas mil cruces, simbolizando as vítimas de armas de fogo.

Ex-campeão de atletismo será ouvido por CPI

A CPI mista que investiga as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), definiu o calendário de ação dos próximos dias. Na semana que vem, serão ouvidos o ex-campeão mundial de atletismo Zequinha Barbosa e seu assessor Luiz Otávio, acusados de exploração sexual de meninas em Campo Grande (MS).



Patrícia Saboya preside a CPI da exploração sexual

Assessor Luiz Otávio, acusados de exploração sexual de meninas em Campo Grande (MS).

Agenda

Sarney recebe a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h30, o diretor-geral adjunto da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Roberto

Castelo; às 12h, o senador Paulo Paim (PT-RS), acompanhado de membros da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência.



Cidadania discute o acesso à alimentação

Hoje, Dia Mundial da Alimentação, comemorado em mais de 150 países, o programa *Cidadania* exibe entrevista com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o assessor especial do presidente da República Oded Grajew sobre segurança alimentar e o programa Fome Zero. O *Cidadania* será exibido hoje, às 13h.

Comissão vota indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores (CRE), presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), tem reunião hoje, a partir das 10h, para votar, entre outros itens, as indicações de Sérgio Barcellos Telles e Carlos Alberto Simas Magalhães para exercerem o cargo de embaixador do Brasil na República da Tunísia e no Reino do Marrocos, respectivamente.



CPI do Banestado ouve hoje doleiros em São Paulo

Hoje e amanhã, uma subcomissão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, coordenada pelo relator, deputado José Mentor (PT-SP),

estará em São Paulo para ouvir, entre outros, suspeitos de remessa ilegal de divisas, donos de casas de câmbio, doleiros e testemunhas. Na segunda-feira,

outra subcomissão da CPI estará interrogando suspeitos em São José do Rio Preto (SP). Nos dias 23, 24 e 25, as diligências serão realizadas em Campinas (SP).



Encontro parlamentar vai debater a Alca

Nos dias 20 e 21, o Senado, a Câmara dos Deputados e o Parlamento Latino-Americano (Parlatino) promovem encontro com parlamentares do continente americano para debater as formas de participação dos legislativos nas negocia-

ções da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Informações e inscrições para o evento, intitulado "O Papel dos Legisladores na Alca", no endereço www.senado.gov.br ou pelo telefone 0800 61-9619.

Contas da Justiça Eleitoral

O projeto de decreto legislativo (PDL nº 656/03) com as contas dos presidentes da Justiça Eleitoral relativas ao exercício de 2001 está na pauta de votação de hoje do Plenário, às 14h30. Amanhã, às 9h, a pedido do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), a hora do expediente será dedicada a homenagear o Dia do Médico.

Reforma política e legislativo

Nos dias 13 e 14 de novembro ocorre o seminário "A Reforma Política e os Legislativos Federal, Estaduais e Municipais", visando integrar os legislativos do país. As inscrições podem ser feitas até o próximo dia 25, pelo telefone 0800 61-9619 ou pela Internet, no endereço www.senado.gov.br.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



TRAMITAÇÃO Tião Viana é autor do parecer já aprovado pela CCJ e lido ontem em Plenário

Reforma da Previdência já está no Plenário

A reforma da Previdência cumpriu ontem mais uma etapa no Senado com a leitura, em Plenário, do parecer do senador Tião Viana (PT-AC). O texto havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no dia 7, depois de duas semanas de debates, quando os senadores tentaram mudar a proposta com a apresentação de 316 emendas – todas rejeitadas.

O parecer agora será publicado pelo *Diário Oficial do Senado*. Do dia 17 ao dia 23 haverá interstício determinado pelo Regimento da Casa, ao final do qual a reforma entrará em discussão no Plenário em primeiro turno. Durante os debates, por cinco sessões deliberativas, os senadores poderão novamente apresentar emendas, o que obrigará o texto a voltar à CCJ, dessa vez para discussão e votação das emendas de Plenário. O retorno à Comissão de Justiça deve ocorrer no fim deste mês ou início de novembro.

A reforma da Previdência ainda tem um longo caminho no Senado – ela já foi votada pelos deputados – e não há data precisa para sua última votação. Senadores governistas acreditam que a proposta será votada ainda em novembro. Oposicionistas prevêem que a data final será em dezembro.

Ao mesmo tempo em que a proposta chega ao Plenário para primeira discussão, já está na CCJ o que passou a ser chamada de "emenda paralela" da Previdência. Trata-se de iniciativa dos senadores governistas, que resolveram colocar em outra emenda as mudanças que o governo aceita fazer na reforma. Com isso, os senadores da base do governo tentam evitar possíveis mudanças no texto original da reforma e, assim, evitar o seu retorno à Câmara dos Deputados.

Senado aprova estímulo ao primeiro emprego



Roseana Sarney

ESTÍMULO Senadora Roseana Sarney, ausente da sessão de ontem por motivo de doença, foi a relatora do projeto do primeiro emprego

■ Programa proposto pelo governo federal quer incentivar empresas a dar mais chances aos jovens

O Senado aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei da Câmara nº 58/2003, de iniciativa da Presidência da República, que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens.

O objetivo é viabilizar a criação de postos de trabalho para jovens e qualificá-los para o mercado. O público-alvo são as pessoas com idade entre 16 e 24 anos em situação de desemprego involuntário. A matéria, re-

latada pela senadora Roseana Sarney (PFL-MA) vai agora a sanção presidencial.

Para participar do programa, é necessário que o jovem não tenha tido vínculo empregatício anterior, seja membro de família com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, esteja matriculado e frequentando estabelecimento de ensino fundamental ou médio ou curso de educação de jovens e adultos e não seja beneficiado por subvenção econômica de outros programas.

Subvenção

As empresas que oferecerem oportunidades de trabalho aos jovens receberão subvenção econômica de até seis parcelas de R\$ 200 ou de R\$ 100 por emprego gerado, de acordo

com sua renda ou faturamento anual. O empregador deverá comprovar o recolhimento dos tributos e contribuições devidas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), à Receita Federal e à Dívida Ativa da União.

O empregador também deverá manter, durante o período do vínculo empregatício com jovens inscritos no Programa Primeiro Emprego, um número médio de empregados igual ou superior ao de empregos existentes no estabelecimento no mês anterior ao da assinatura do termo de adesão. Essa medida visa evitar que as empresas substituam empregados por jovens contratados com as subvenções do governo.

Para Sarney, projeto devolve esperança à juventude

Ao saudar a aprovação do projeto que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, o presidente do Senado Federal, José Sarney, destacou o espírito público e a sensibilidade da classe política em relação ao tema. Ele ressaltou que diversos parlamentares abdicaram de apresentar emendas à matéria, no intuito de apressar sua tramitação, dado o interesse social do projeto.

Sarney também agradeceu aos inúmeros senadores que elogiaram o trabalho da relatora, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA). Ele lembrou que a juventude é a parcela da população mais atingida pelo desemprego, por isso a importância do projeto. Para ele, o programa a ser instituído pelo governo federal resgata a esperança dos jovens.

– Se analisarmos as estatísticas de desemprego, vamos verificar que 44% dos milhões de desempregados têm entre 16 e 24 anos. A juventude, sem esperança, sem horizonte, vai perdendo seus valores, primeiro individuais, depois da família – alertou.

O presidente do Senado afirmou que eventuais correções e aperfeiçoamentos ao projeto poderão ser feitos ao longo do tempo. Ele lembrou que programas semelhantes já existem em muitos estados e municípios, mas faltava um programa federal para incentivar a criação de empregos para os jo-



José Sarney

SENSIBILIDADE Sarney elogiou parlamentares pela rápida tramitação da matéria

vens. Sarney também destacou a participação da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na rápida tramitação da matéria.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou a Sarney recente visita do bispo dom Mauro Morelli, de Duque de Caxias (RJ), ao presidente do Senado. Sarney agradeceu pela intervenção de Suplicy e disse que dom Mauro, na ocasião, falou da necessidade de os trabalhadores terem o pão à mesa, para garantir o sustento de suas famílias, mantendo vivos também seus valores.

– Com este projeto garantimos o pão, a vida e os valores de milhões de jovens – concluiu Sarney.

Proposta é debatida por 30 senadores

Dos 81 senadores, 78 estiveram presentes ontem em Plenário para votar a favor do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens. A proposta foi debatida por 30 parlamentares. Até o presidente da Casa, senador José Sarney, manifestou sua satisfação em presidir a sessão e expressou sua posição favorável ao projeto.

Para que o programa não recebesse alterações e tivesse que voltar para nova apreciação da Câmara dos Deputados, os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), César

Borges (PFL-BA), Flávio Arns (PT-PR), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE) concordaram em retirar as emendas que haviam apresenta-

do ao projeto (*veja reportagem ao lado*). Em contrapartida, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) comunicou que algumas das sugestões poderão ser aproveitadas quando a matéria for regulamentada.

A relatora da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora Roseana Sarney (PFL-MA), que não compareceu à sessão por estar doente, recebeu elogios de diversos senadores pela qualidade do relatório apresentado e por ter conseguido, junto com a presidente daquela comissão, Lúcia Vânia, intermediar o acordo com o governo para aproveitar sugestões

dos senadores em troca da retirada das emendas.

Muitos senadores apresentaram sugestões ao projeto de iniciativa do governo. Eduardo Suplicy (PT-SP), que substituiu Roseana na relatoria em Plenário, propôs ao ministro do Trabalho, Jaques Wagner, a realização de um estudo, depois de um ano, para auferir os custos e os benefícios da implantação do programa. Ele quer descobrir se programas de renda mínima seriam mais viáveis. Renan Calheiros (PMDB-AL) também posicionou-se favorável a esse tipo de programa.

Emendas poderão ser aproveitadas quando da regulamentação do programa

Garibaldi Alves (PMDB-RN) sugeriu a concessão de vantagens adicionais para empresas que concederem empregos a jovens em estados de regiões menos desenvolvidas. Ramez Tebet (PMDB-MS) propôs o aumento dos recursos destinados às Forças Armadas para que mais jovens pudessem ser recrutados para o serviço militar. Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou que emenda de sua autoria, em tramitação na Câmara, que cria o serviço civil obrigatório, também tratava de oferecer oportunidade de emprego aos jovens.

Autor de projeto semelhante aprovado no Senado em 1998 e remetido à Câmara dos Deputados, o senador Osmar Dias (PDT-PR) lamentou que o governo tenha preferido apresentar uma outra proposta em vez de aproveitar a sua. No mesmo sentido, os sena-

dores José Agripino (PFL-RN) e Paulo Octávio (PFL-DF) lembraram ter apresentado proposições semelhantes.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) registrou que o governo deveria dar crédito às boas idéias de parlamentares de outros partidos em vez de “tentar monopolizá-las”. Líder do PT no Senado, Tião Viana (AC) informou que o presidente Lula homenageará Osmar Dias na soleiada de sanção do Primeiro Emprego e registrou que os governos anteriores não colocaram em prática programa semelhante.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Hélio Costa (PMDB-MG) ressaltaram a importância de ser criado programa semelhante para absorver no mercado de trabalho adultos com mais de 45 anos. Já Fátima Cleide (PT-RO), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Serys Slhessarenko (PT-MT) destacaram que o Primeiro Emprego foi uma das promessas de campanha de Lula.

Outros senadores também elogiaram a intenção do governo mesmo ressaltando que o projeto poderia ser aperfeiçoado. Foram eles: Edison Lobão (PFL-MA), Patrícia Saboya (PPS-CE), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Romeu Tuma (PFL-SP), Luiz Otávio (PMDB-PA), Heloísa Helena (PT-AL) e Magno Malta (PL-ES).

Leia mais sobre decisões da ordem do dia na página 7

REFORMAS

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado ouve em audiência pública economistas e representantes das prefeituras sobre a proposta de nova política tributária para o país

Fotos: Márcia Kalume



PERDA Ziulkoski (E) diz que a queda nos repasses do FPM castiga principalmente as pequenas cidades

Prefeito teme fim de ano trágico nos municípios

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, advertiu ontem, na audiência pública promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a reforma tributária, que o fim deste ano será trágico para a maioria dos prefeitos do país. Isso devido à queda de 27% nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), causada principalmente pela diminuição na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

As prefeituras têm como fon-

tes de renda, além do FPM, o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI).

– Do total arrecadado com esses tributos, 85% são das grandes cidades, as capitais, enquanto as médias têm 14,7% e as pequenas (as mais pobres, as que sofrem mais com a queda do FPM) apenas 1,7%, sendo que essas pequenas cidades são a esmagadora maioria do país – informou.

Ziulkoski quer o aumento de

22,5% para 22,7% do FPM, com base na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI (cerca de R\$ 5 bilhões por ano a mais). Defende também o fim da contribuição dos municípios ao Pasep e o aumento de 6,5% para 18% na participação dos municípios na Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

– Os municípios têm 72% da malha rodoviária nacional, os estados 16% e a União 9%. Por que, então, as prefeituras teriam a menor parte? – indagou o prefeito de Mariana Pimentel (RS).



SUGESTÃO Marcelo Déda pede a relator que não aceite desvincular receitas estaduais

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos disse que a progressividade do ITBI é fundamental, pediu o aumento da participação dos municípios na Cide e elogiou o aumento do Fundo de Compensação das Exportações, o que pode dar aos prefeitos cerca de R\$ 3,8 bilhões a mais.

Para Déda, Simples vai trazer grandes perdas

O presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Marcelo Déda, afirmou que a manutenção do Simples Federal, como está na proposta de reforma tributária, envolve tributos de competência municipal, o que vai representar para as prefeituras uma perda ainda não calculada. Déda também apelou ao relator para que não aceite desvincular recursos estaduais, porque os governadores vão retirar verbas preciosas da saúde e da educação.

– O que temos que fazer é acabar o mais rápido possível com a Desvinculação de Receitas da União, porque isso leva a um desinvestimento em saúde e educação – declarou Déda,

que participou de audiência pública na CCJ.

Prefeito de Aracaju (SE) e ex-deputado federal pelo PT, Déda disse que a proposta que veio da Câmara é o patamar mínimo a ser aceito pelos prefeitos.

– Não podemos aceitar menos, e lutaremos para obter mais, porque a situação das prefeituras é dramática.

Déda afirmou que os municípios são tratados como figuras de segunda ou terceira classe na Federação, que mantém a cultura centralizadora pré-Constituição de 1988.

– Já se tornou uma caricatura: o prefeito que vem a Brasília com o pires na mão, como quem pede uma esmola.

Economista prevê que carga tributária subirá

O economista Paulo Rabello de Castro propôs, na audiência da CCJ, a eliminação das cinco contribuições sociais existentes no Brasil – a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – e sua substituição por apenas uma.

Rabello de Castro disse que no Brasil há um efeito semelhante ao de uma cobra que tenta engolir o próprio rabo, com o Estado aumentando impostos mais e mais, sem conseguir efeito fiscal, pois compromete gravemente a competitividade da economia. Ele criticou a proposta porque ela, em vez de reduzir a carga tributária, a aumenta.

– Reforma que aumenta carga tributária em vez de diminuir, reforma certamente não é.



ESTIMATIVA Rabello de Castro antecipa que peso dos impostos no PIB atingirá 40%

O economista argumenta que o Brasil atingiu um nível de carga tributária em relação ao PIB semelhante ao dos países europeus que adotam o *welfare State* (Estado assistencial), como a Suécia e a Alemanha, que garantem “excepcionais serviços, principalmente na educação e na saúde”.

– No Brasil, pela lógica atual, estaremos em breve atingindo o total de 40% do PIB com a carga tributária, o que será absurdo – afirmou o economista.

Reforma deve melhorar o país, afirma professora

A economista Sulamis Dain, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirmou ontem que a reforma tributária representa um avanço em matéria de desoneração para setores importantes da economia e as camadas mais pobres da população. Ela acusou o governo Fernando Henrique Cardoso de aumentar a carga tributária em 8%, engessando a economia, e ressaltou que o que se discute hoje no Congresso vai melhorar o quadro geral.

– A proposta desonera a produção de bens de capital, reduz a cumulatividade do PIS/Cofins, desonera a cesta básica e de produtos essenciais, como remédios, e divide com a sociedade a melhoria da relação dívida/PIB; ou seja, a melhoria dos fundamentos macroeconômicos – disse a professora.

Sulamis defendeu um aumento da tributação sobre patrimônio no Brasil.

– Aqui, essa tributação é de 3%, enquanto na Europa chega a 8% e nos Estados Unidos e



DESONERAÇÃO Sulamis garante que reforma é boa e aumenta a competitividade da economia

no Japão, a 11%. É preciso acabar com esse preconceito.

O senador Efraim Morais (PFL-PB), líder da minoria, perguntou se a economista era funcionária do gabinete do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), e advertiu que a proposta em debate não era apenas “do governo Lula”, como ela insistia em dizer. Sulamis explicou que trabalha apenas como colaboradora, sem remuneração, e que é professora da UFRJ.

REFORMAS

Enquanto PSDB e PFL sugerem alternativas, Comissão de Educação deseja excluir setores do corte de verbas determinado pela Desvinculação de Receitas da União

Jereissati tem alternativa para mudança tributária

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou ontem os pontos principais de uma proposta de reforma tributária, a ser implantada em três etapas, a última delas em 2007. A partir desse ano seria cobrado o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) em substituição aos impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre Produtos Industrializados (IPI) e sobre Serviços (ISS); às contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), do importador e aquelas arrecada-

das para o chamado Sistema S; ao salário-educação; e ao PIS-Pasep.

– Com isso faríamos uma verdadeira reforma tributária, com o objetivo de beneficiar os contribuintes, e não uma reforma fiscal de emergência, como a que está sendo proposta pelo governo – disse Jereissati durante entrevista da qual participaram também os senadores peessedebistas Arthur Virgílio (AM), líder do partido, Lúcia Vânia (GO) e Eduardo Azeredo (MG). O anúncio foi prestigiado ainda pelos senadores do PFL José Agripino (RN) e Antonio

Carlos Magalhães (BA).

Conforme a proposta, que será divulgada hoje na íntegra, o IVA poderia ser cobrado no âmbito estadual, com recolhimento no destino a ser implantado gradualmente, e no âmbito municipal, com incidência apenas sobre vendas para consumidores finais. Seria criada, por outro lado, contribuição social "generalizada", com a mesma base de incidência do IVA e recursos vinculados para a seguridade social, saúde, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), ensino fundamental e entidades sindicais.



IMPACTO Comissão de Educação do Senado realiza audiência pública sobre efeitos da proposta de reforma tributária

Senador quer Educação fora do corte de verbas

A Comissão de Educação (CE) deverá apresentar emendas a serem apresentadas foi dada por Osmar Dias após a realização de audiência pública destinada a debater o impacto da reforma tributária na educação, a última de uma série de audiências em que foi discutida a repercussão da reforma nas diversas áreas abrangidas pela CE. Osmar Dias esclareceu que as emendas resultantes das sugestões dos diversos palestrantes serão assinadas por todos os senadores da comissão e também por outros parlamentares que desejarem apoiá-las.

– Não é ingenuidade querer excluir qualquer desses setores da DRU, porque quem vai decidir no voto como será a reforma tributária somos nós, os senadores – afirmou o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR).

A informação sobre as emendas a serem apresentadas foi dada por Osmar Dias após a realização de audiência pública destinada a debater o impacto da reforma tributária na educação, a última de uma série de audiências em que foi discutida a repercussão da reforma nas diversas áreas abrangidas pela CE. Osmar Dias esclareceu que as emendas resultantes das sugestões dos diversos palestrantes serão assinadas por todos os senadores da comissão e também por outros parlamentares que desejarem apoiá-las.

Entre as principais sugestões, há ainda a de que a reforma tributária não revogue as leis de incentivo fiscal em vigor para o setor cultural.



ANÚNCIO Tasso Jereissati apresenta pontos principais de projeto a ser implantado em três etapas

Emendas do PFL passam de 40

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) vai propor, em nome do partido, 34 emendas à reforma tributária em discussão no Senado, sendo que outros senadores do partido, inclusive o líder, José Agripino (RN), e o presidente, senador Jorge Bornhausen (SC), apresentarão suas próprias emendas, o que elevará o número de emendas da legenda a mais de 40. Tourinho informou que o principal objetivo do partido é impedir o aumento da carga tributária.

Essas são algumas das emendas a serem oferecidas pelo PFL logo que o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), apresentar o relatório na CCJ:

- Incluir na Constituição a obrigatoriedade da correção anual da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física – a não-correção significa um

aumento anual indireto do IRPF.

- Elevar de 22,5% para 25% a participação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e no Imposto de Renda.
- Inclusão do PIS, Pasep e Cofins, CPMF e Cide na relação de tributos federais a serem partilhados com estados e municípios – criação de um fundo constitucional com base na totalidade das receitas federais.
- Instituição da noventena, além da anualidade, entre as exigências a serem cumpridas para instituição de novos tributos – um imposto, assim, não poderia ser aprovado e sancionado em outubro, novembro ou dezembro e cobrado já em janeiro – setembro seria, então, o limite

(90 dias).

- Desonerar também do IPI a cesta básica, os remédios e insumos da agricultura, e não apenas do ICMS, como propõem o relator e o governo.
- Incluir na desoneração dos bens de capital a retirada do ICMS de todas as etapas da produção e a cobrança apenas no final – cada estado, produtor ou consumidor, arcaria com sua própria isenção.
- Manutenção dos incentivos à cultura, ao esporte amador e à educação, ao contrário do que propõe a proposta que veio da Câmara dos Deputados para o Senado.
- O pequeno produtor agrícola familiar seria equiparado à microempresa, inclusive com direito a crédito do ICMS.

Ministério teme perda de R\$ 3,6 bilhões por ano

A maior preocupação dos representantes da área educacional em relação à reforma tributária é a prorrogação até 2007 da Desvinculação de Receitas da União (DRU), mecanismo que permite ao governo utilizar livremente parte dos recursos vinculados a determinados setores.

Ontem, na Comissão de Educação (CE), sete representantes do setor mostraram que a DRU está reduzindo os recursos do Orçamento Geral da União que devem ser aplicados obrigatoriamente na educação, comprometendo as metas traçadas pelo atual governo. Eles pediram que os recursos orçamentários vinculados à educação sejam excluídos da DRU.

Conforme estudo do Minis-

tério da Educação sobre o impacto da reforma tributária na área, ainda não concluído, a prorrogação da DRU poderá acarretar uma perda líquida da ordem de R\$ 3,6 bilhões ao ano nas verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino. Ao apresentar essa estimativa, o subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, Paulo Eduardo Rocha, mostrou que essa subtração de recursos provocada pela DRU tem aumentado gradativamente, saltando de R\$ 1,8 bilhão em 2000 para R\$ 2,7 bilhões em 2002.

– Estamos longe de cumprir os 18% assegurados pela Constituição – afirmou Rocha. Os representantes do setor reforçaram essa posição.

Senadores cobram melhores salários para os professores

Melhor remuneração para a categoria, mais investimentos na formação e qualificação dos docentes, manutenção de recursos constitucionais vinculados ao setor. Essas reivindicações foram defendidas ontem, no Plenário, durante homenagem aos professores, pela passagem do seu dia. A comemoração ficou a cargo dos senadores Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti, Leonel

Pavan e da senadora Heloísa Helena, além de aparteantes, que destacaram a dedicação dos professores e sua importância para o país. Houve críticas à reforma da Previdência, que retiraria direitos adquiridos dos servidores públicos, em especial dos professores. A falta de estímulos para a profissão foi apontada como uma das causas da sobra de vagas em cursos de licenciatura.

MÃO SANTA



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Reforma retira direitos adquiridos

Ao homenagear o professor, o senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu melhores salários para a categoria e criticou a proposta de reforma da Previdência Social, que se encontra em exame no Senado. Ele afirmou que a mudança pretendida pelo Executivo retira direitos adquiridos de diversos servidores públicos, inclusive os docentes.

– Hoje, professores de todo o país estão humilhados, aviltados e intranquilos com essa reforma que lhes tira direitos. O governo está servindo de *office-boy* para entregar nossas riquezas ao FMI (Fundo Monetário Internacional), ao Bird (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento) e ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) – disse o parlamentar.

Mão Santa citou matéria publicada ontem pelo jornal *Estado de Minas*, segundo a qual os professores não tinham nada a comemorar no dia dedicado à categoria.

MOZARILDO

Profissão que mais precisa ser valorizada

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que o governo federal avance na questão educacional, com mais investimento na formação e qualificação do professor. O parlamentar considera esse profissional o mais importante entre todas as carreiras e também que mais precisa ser valorizado.

Mozarildo mencionou artigo do jornal *O Globo* sobre a falta de renovação no magistério. Segundo a matéria, dos 2,4 milhões de professores que atuam da 1ª série do ensino fundamental até a faculdade, a maioria tem entre 40 e 59 anos. O artigo aponta os baixos salários como uma das causas da sobra de vagas nos cursos de licenciatura.

Com base no texto da publicação, o senador informou que a média salarial de um professor no Brasil é de R\$ 640, sendo que no Nordeste cai para R\$ 300, metade da média aferida no Sudeste.



LEONEL PAVAN



Vinculação de recursos para o setor

Com a afirmação de que os brasileiros não tinham muito a comemorar no Dia do Professor, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que, “neste dia (ontem), tivemos a infeliz notícia de cortes na educação”. Segundo informou, dos 18% dos recursos destinados constitucionalmente ao setor, somente 12% são efetivamente repassados.

Pavan observou que só neste ano a perda líquida chega a R\$ 3,6 bilhões, de acordo com dados do Ministério da Educação. “Há estimativas de que no próximo ano esse número será superior a R\$ 4 bilhões”, acrescentou o parlamentar.

– Sabemos da importância que é a estabilidade fiscal, mas não podemos desvincular verbas da educação para esse fim. O presidente da República precisa rever suas prioridades.

Pavan disse que não há sociedade com democracia consolidada “sem um competente sistema público de educação”.

HELOÍSA HELENA

Homenagem às “guerreiras” da educação

Em seu pronunciamento, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) homenageou os trabalhadores da educação, em especial as mulheres que detêm os postos mais sacrificados e de menor salários: as creches e o ensino fundamental.

Ela disse que essas mulheres, tantas vezes sem tempo para cuidar de suas próprias crianças, são responsáveis pelas primeiras lições de civismo.

– São guerreiras gigantes e maravilhosas, batalhando tanto no setor público quanto no setor privado – salientou.

A senadora manifestou satisfação por ter conseguido aprovar uma emenda na reforma previdenciária restabelecendo a aposentadoria especial para professores de creches e ensino fundamental após 25 anos de trabalho para mulheres e 30 para homens.

Heloísa afirmou que, se não lhe for possível continuar na política, voltará de cabeça erguida e ânimo renovado a dar aulas em Alagoas.



AUDIÊNCIA Papaléo Paes (C) e Lúcia Vânia debatem a desvinculação de recursos orçamentários para o setor

Parlamentares exigem recursos para a saúde

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) condenou a desvinculação dos recursos orçamentários para a saúde, durante audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por ela presidida. A senadora se mostrou “assustada” com informação da revista *Época* dando conta de que o Ministério da Saúde estaria disposto a acabar com três projetos do governo anterior que funcionam bem e atendem a carentes, como o Mãe Canguru. Para Lúcia Vânia, a medida seria um “retrocesso total”.

Já o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), membro da Frente Parlamentar da Saúde, observou que o presidente

Lula herdou um país à beira do caos, inclusive no setor de saúde. Ele disse que o custo do Sistema Único de Saúde (SUS) “é caro e injusto”, razão pela qual deve ser reavaliado. E defendeu a adoção de um novo SUS.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) estranhou a destinação de recursos da saúde pública para outros setores, como o Fome Zero. Outro a condenar a retirada de recursos da saúde foi Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Também participaram da audiência pública na CAS Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Mão Santa (PMDB-PI) e Amir Lando (PMDB-RO).



VISITA Durante encontro com José Sarney, dom Mauro Morelli pediu aprovação da proposta pelo Congresso

Morelli propõe sistema de segurança alimentar

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o bispo de Duque de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli, que defendeu a aprovação, pelo Congresso, de proposta criando um sistema nacional de segurança alimentar, com lei orgânica regulando o assunto e um fundo para garantir a implementação das ações contra a fome e a desnutrição. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marco Maciel (PFL-PE) participaram da audiência.

– O Congresso deve ajudar o país a ter um sistema de segurança alimentar fundamentado no direito humano básico à alimentação. Minha presença aqui foi para dialo-

gar sobre isso e também comprometer-me a entregar ao presidente Sarney cópia das conclusões da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que se realizará em março.

Dom Morelli disse que o programa Fome Zero “ainda trabalha muito como solidariedade aquilo que é um direito básico”. Ele lembrou que a solidariedade é importante, mas a solução está na “implantação da justiça social”.

Sobre a liberação dos transgênicos, o religioso afirmou que se preocupa com a possibilidade de que “quatro ou cinco grandes conglomerados tenham o controle das sementes no mundo”.

Célio Azeredo

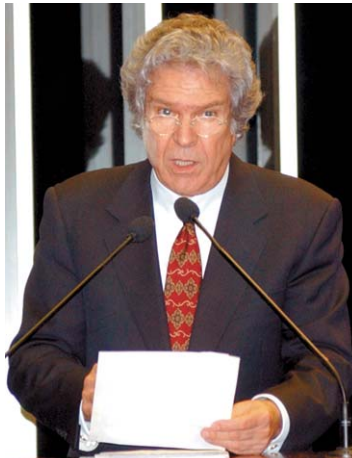
Jane de Araújo

Liberação de recursos do Fundef levará em conta alunos especiais

Projeto aprovado pelo Senado muda critérios para repasse de verbas do Fundo de Ensino Fundamental

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que altera o critério usado para a liberação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O fundo repassa às prefeituras recursos federais, utilizados na complementação dos salários dos professores.

A mudança permitirá a inclusão dos alunos de educação especial matriculados em instituições sem fins lucrativos, como as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (Apaes), no cálculo total de estudantes do ensino fundamental. O número de matrículas é a base do cálculo para liberação de verbas do Fundef.



AJUDA Hélio Costa, relator, prevê que prefeituras voltarão a apoiar instituições como a Apaes

O projeto já foi votado pela Câmara dos Deputados e, por não ter sido mudado, irá agora à sanção do presidente da República.

O relator da matéria, senador Hélio Costa (PMDB-MG), observou que as prefeituras, por não poderem incluir os alunos excepcionais no cálculo, vinham reduzindo a ajuda às A-

paes e outras entidades congêneres, como as Sociedades Pestalozzi. Com a mudança aprovada pelos senadores, o senador prevê que as prefeituras voltarão a conceder ajuda a essas instituições.

– É uma medida indispensável para a garantia do pleno exercício de cidadania das crianças e jovens brasileiros com necessidades especiais – disse Hélio Costa.

O parlamentar lembrou que milhares de pais de crianças e adolescentes especiais só têm as Apaes e as Sociedades Pestalozzi para preparação de seus filhos, permitindo que eles frequentem escolas comuns.

Avanços

O projeto de lei foi apresentado em 2001 na Câmara pelo deputado Eduardo Barbosa, ex-presidente nacional das Apaes, e recebeu à época parecer favorável do relator na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara, o então deputado e hoje senador Flávio Arns (PT-

PR). Ontem, durante a votação, Flávio Arns disse que o projeto de lei é “um dos maiores avanços para os portadores de deficiência” no país, que somam mais de 18 milhões de pessoas.

Mais mudanças

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ponderou que o próximo passo na área do Fundef será estabelecer pesos diferentes para alunos diferentes. Ela é autora de projeto com esse objetivo. Já o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou a proposta aprovada ontem pelo Plenário.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) aplaudiu a recente decisão do presidente do Senado, José Sarney, de imprimir a ordem do dia em braile. Ela também pediu à TV Senado que tente colocar no ar imagens com tradução simultânea em sinais para surdos-mudos.

José Sarney informou que já havia determinado à TV Senado que estudasse a possibilidade de adotar a sugestão.



SABATINA Juíza Denise Arruda (D), do Tribunal de Justiça do Paraná, foi ouvida pela C CJ

Comissão acolhe nome de juíza para o STJ

A desembargadora Denise Martins Arruda, do Tribunal de Justiça do Paraná, teve seu nome aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para o cargo de ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela foi indicada pelo presidente da República para ocupar vaga decorrente da aposentadoria do ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), relator da mensagem do Executivo e que apresentou parecer favorável ao nome de Denise, descreveu os destaques da carreira da desembargadora. Diplomada em Direito pela Universidade Federal do Paraná, em 1963, ingressou na magistratura como juíza substituta em 1966. Em 1967, foi aprovada em concurso para juíza federal. No biênio 2001/2003, assumiu a vice-presidência do Tribunal de Justiça do Paraná.

O relator observou que a escolha representa um feito histórico para o Paraná, pois, além de ela ter sido a primeira juíza de carreira a assumir o cargo de desembargadora no Tribunal de Justiça do estado, será, se aprovada no Senado, a primeira representante nascida no Paraná a compor o STJ.

O nome da juíza será agora submetido ao Plenário.

Senado aprova acordo sobre lançamento de foguetes

O Senado aprovou ontem decreto legislativo referente ao acordo assinado entre Ucrânia e Brasil sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação daquele país em lançamentos de foguetes no Centro de Lançamento de Alcântara (MA).

Em seu parecer, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) ressalta a importância de o acordo disciplinar o acesso às tecnologias relacionadas com o lançamento de foguetes, bem como o ingresso de dados, equipamentos e recursos humanos e materiais na Base de Alcântara.

A senadora afirma ainda que

o trágico acidente de 22 de agosto deste ano em Alcântara demonstrou a necessidade cada vez maior de destinar recursos para que o Brasil possa reerguer seu programa espacial e enfrentar o acirrado e milionário mercado de lançamento de foguetes.

Segundo Roseana, uma das formas mais imediatas e transparentes para atingir esse objetivo é implantar acordos de cooperação. Ela lembra ainda que o acordo não exclui a aprovação de outros, com países diferentes, para dar mais dinamismo às tarefas de recuperação da base e do programa espacial.

Autorizado empréstimo de US\$ 100 milhões

O Senado autorizou o governo federal a contratar operação de crédito externo no valor de US\$ 100 milhões com o Banco Mundial (Bird), destinados ao financiamento parcial do 3º Projeto de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e Aids.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em seu parecer favorável, observou que a operação de crédito não ultrapassa os limites de endividamento da União.

O relator também registrou que foram atendidas as exigências da Fazenda Nacional e de



APOIO Simon elaborou parecer favorável a empréstimo destinado ao combate de DSTs

inclusão do programa no Orçamento da União, para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais de contrapartida de mais US\$ 100 milhões do lado do governo brasileiro.

José Jorge critica proposta para agências reguladoras

O senador José Jorge (PFL-PE) – foto – protestou contra os anteprojetos elaborados pelo governo para modificar a organização e as atribuições das agências reguladoras. Segundo disse, os textos não representam propostas sólidas, mas simples reflexos de uma administração cujos “integrantes parecem ébrios com o poder, tomando decisões erráticas, sem saber o que fazer”.

Exemplo da precariedade das propostas, conforme José Jorge, estaria no fato de não tratarem de uma política de recursos humanos para as agências. Para o senador, o problema crucial das agências está nas contratações temporárias de seus quadros e na crônica insuficiência de pessoal, devido às restrições orçamentárias. – Como estão, os anteprojetos trazem mais retrocessos do que aperfeiçoamentos.

Segundo José Jorge, um dos anteprojetos estabelece que as agências sejam subordinadas aos respectivos ministérios, o que, avalia, usurpa um poder que hoje pertence ao Congresso Nacional. O senador lembrou que os anteprojetos estão em fase de recebimento de sugestões, mas afirmou que o prazo de uma semana, prorrogado por mais duas, é exíguo demais.



Roosevelt Pinheiro

Waldemir Rodrigues

Roosevelt Pinheiro

Jonas pede mais recursos para o campo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu ao governo que viabilize mais recursos para o financiamento do agronegócio e da agricultura familiar. Ele lembrou que, apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter anunciado que destinaria R\$ 32,4 bilhões para o agronegócio e R\$ 5,2 bilhões para a

agricultura familiar, falta dinheiro para o custeio agrícola. – Muitos produtores prepararam a terra e não têm adubo para fazer o plantio. Outros têm o adubo, mas não têm as sementes – afirmou Jonas, para quem parte do problema deve-se ao aumento da procura às verbas anunciadas pelo governo, graças aos bons resultados apresentados pelo setor este ano – de janeiro a setembro, o Brasil exportou US\$ 19 bilhões.

Raupp defende socorro às rodovias

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ontem a atenção do governo para a situação das rodovias federais em Rondônia. Conforme disse, o “quadro lastimável” da BR-364, com 1,3 mil quilômetros e que corta o estado a partir da fronteira com o Mato Grosso até a divisa com o Acre, vem causando transtornos, especialmente aos caminhoneiros. Antes, relatou, esses profissionais conseguiam realizar três viagens por semana e agora fazem apenas uma. Raupp acrescentou que as BRs 425, 421 e 429 também precisam de atenção. Segundo ele, o governo tem caminhado de forma lenta diante da gravidade da situação.

Palocci deverá explicar denúncias contra Receita

Comissão aprova convite para que ministro da Fazenda e servidores do órgão venham ao Senado

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimentos de quatro senadores convidando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o corregedor-geral da Receita, Moacir Leão, e os auditores Sandro Martins e Paulo Baltazar Carneiro para prestarem esclarecimentos sobre recentes denúncias de corrupção no órgão, em audiência pública que poderá ser realizada no dia 29.

Os requerimentos aprovados são de autoria dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB), Heloísa Helena (PT-AL) e Ideli Salvatti (PT-SC).

Divulgadas há duas semanas pela imprensa, as denúncias referem-se a investigações da Polícia Federal que apontam uma fraude de R\$ 1 bilhão envolvendo funcioná-



RAZÕES Senadores da CFC consideram que assunto é grave e exige rigorosa apuração, daí a necessidade de uma audiência pública

rios da Receita e do INSS, advogados e despachantes do Rio de Janeiro. Segundo a PF, os envolvidos montaram um esquema para eliminação de dívidas de empresas com os dois órgãos. A investigação, que também está sendo feita pela Receita, provocou um atrito entre o secretário Rachid e o corregedor-geral.

Nos requerimentos aprovados na CFC, os senadores são unânimes em dizer que o assunto é grave e exige uma rigorosa apuração. Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio, as acusações comprometem a credibilidade da Receita Federal. Já a

senadora Heloísa Helena, mostra-se preocupada com os atritos envolvendo altos funcionários do órgão.

Bacabal

Na mesma reunião, a CFC aprovou proposta do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) solicitando abertura de processo de fiscalização e controle contra o prefeito de Bacabal (MA), José Vieira Lins, e o secretário de Saúde do município, por suposta improbidade administrativa. O relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), apresentou um plano de trabalho destinado a facilitar as investigações.

Paim aponta recuperação econômica

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que os indicadores da indústria, divulgados na semana passada, registraram aumento de 1,5% da produção de agosto em relação a julho, “o maior na comparação com o mês anterior desde setembro do ano passado”. Segundo ele, esse resultado pode marcar o início da recuperação do setor e estima-se que o número de novos postos de trabalho deverá ser maior do que no ano passado.

Paim apontou outros índices dessa recuperação, como a queda do risco Brasil, que chegou a 616 pontos – o nível mais baixo desde 31 de julho de 1998 –, a subida no índice da Bolsa de Valores de São Paulo e o recuo do dólar à casa dos R\$ 2,80.

Demostenes cobra projetos para segurança

Ao comentar reportagens do jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) cobrou projetos do Ministério da Justiça para segurança pública. Segundo a *Folha*, o Incri excluiu oito assassinatos ocorridos em setembro, em assentamento no sul do Pará, no balanço das mortes no campo este ano. Para Demostenes, essa prática é semelhante à de regimes totalitários.

Na segunda matéria, mostra que a Polícia Federal no interior de São Paulo não tem recursos para comprar combustível e está prestes a interromper investigações.

– Será esse o FBI que o ministro da Justiça disse que vai criar? – perguntou.



Jonas: falta dinheiro para custear plantio



Raupp: governo tem sido moroso diante da situação



PRORROGAÇÃO Entre Antero de Barros, João Paulo Cunha e José Mentor, Sarney (C) recebeu ofício com as 279 assinaturas

CPI do Banestado terá mais 180 dias para trabalhar

Ao lado do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem ofício com as assinaturas de mais de um terço dos deputados e senadores pedindo a prorrogação da CPI Mista do Banestado, que investiga a evasão de divisas por meio das contas CC-5.

O documento foi entregue pelo presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e pelo relator, deputado José Mentor (PT-SP).

putado José Mentor (PT-SP). Instalada no dia 18 de junho para realizar seus trabalhos no curso de 120 dias, a CPI deverá estender as atividades agora por mais 180 dias.

O requerimento de prorrogação foi lido na sessão plenária, apenas para conhecimento, já que o Regimento do Senado não exige que o pedido seja submetido a deliberação. Antes de ser lido, porém, foi necessária a conferência das 245 assinaturas de deputados e 34 de senadores, entregues junto com o documento.

Sarney recebeu João Paulo e os parlamentares que o acompanhavam no salão de chá contíguo ao Plenário. Participaram do encontro também os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Ideli Salvatti (PT-SC), assim como o deputado Arlindo China-glia (PT-SP).



Paim defende medidas contra o desemprego



Senador criticou o Ministério da Justiça

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Papaléo Paes